

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Privatizações no mercado de gás.....	2
Título: Destaques	4
Título: 50 distribuidoras vão pegar R\$ 14,8 bi da Conta Covid	5
Título: Grupo Iberdrola pretende investir € 10 bi em energia “limpa” por ano	6
Título: Petrobras espera concluir em breve revisão de ativos.....	8
Título: Cosan e Shell já debatem possível IPO da Raízen	9
Título: Vale aproveita janela favorável e capta US\$ 1,5 bilhão no exterior.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Congresso pode ser obstáculo às vendas.....	12
Título: Sem privatizar estatais, governo quer liquidar Ceitec	13
VEÍCULO: O Globo.....	14
Título: Venda da Braskem deve ocorrer em 6 meses, diz Castello Branco	14
Título: Oil Group quer construir seis refinarias no país	16
Título: Light, Enel e mais 48 distribuidoras aderem a socorro e pedem R\$ 14,8 bi.....	17
Título: Retomada ganha fôlego em junho.....	18
Título: Gás natural pode atrair para o Rio R\$ 45 bi em investimentos	21
Título: Bolsa sobe 2,24% após fala de Guedes sobre privatizações.....	22
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	23
Título: Venda de partes da Petrobras vira briga judicial entre governo e Congresso	23

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/07/2020****Seção: Opinião****Autor: Rutelly da Silva e Marcio Jr.****Título: Privatizações no mercado de gás**

O ano de 2020 tem sido visto como um ano de privatizações no setor de gás natural, principalmente no segmento de distribuição. Trata-se de um movimento que pode resultar em oportunidades para aumentar a concorrência no setor e beneficiar a economia brasileira.

A fim de que isso ocorra, é importante ter em mente que as privatizações no setor de gás natural não devem ser realizadas exclusivamente como um meio de enfrentar a crise fiscal dos Estados que controlam as distribuidoras. O objetivo meramente fiscal pode até gerar elevadas receitas, mas também perpetuar ou agravar problemas concorrenciais, comprometendo a competitividade de empresas instaladas nesses Estados e prejudicando a geração de emprego e renda.

É vital que os benefícios do aperfeiçoamento regulatório ocorram antes das privatizações. Se ocorrerem depois delas, as mudanças poderão enfrentar dificuldades ou obstáculos jurídicos e contratuais e criar um clima de instabilidade regulatória.

Nesse contexto, os Estados deveriam buscar um modelo de privatização que privilegie a concorrência e que, ao mesmo tempo, gere a maior arrecadação possível.

Tendo essa premissa norteadora, o desenho a ser usado nessas privatizações deveria estar coerente com o chamado “Novo Mercado de Gás” e com a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) nesse mercado, que ensejou um acordo firmado entre o órgão de defesa da concorrência e a Petrobras. Esse acordo visa a promover a desconcentração no mercado de gás (que também é objetivo do “Novo Mercado de Gás”) e, com isso, reduzir o potencial de condutas lesivas à concorrência.

Qualquer operação de fusão e aquisição decorrente das privatizações deverá ser avaliada pelo Cade tendo como base esse parâmetro. Por isso, espera-se que eventuais concentrações verticais e horizontais sejam tratadas com o devido rigor por parte do órgão antitruste, de forma a evitar o risco de os avanços obtidos no âmbito do “Novo Mercado de Gás” sejam comprometidos.

Para além desse aspecto, os Estados possuem uma oportunidade ímpar de desenvolver o mercado de gás natural em seus domínios. As privatizações

deveriam estar associadas a um aperfeiçoamento do arcabouço regulatório da distribuição e comercialização de gás natural nos Estados para contemplar a liberdade de escolha dos consumidores em relação aos seus fornecedores, a exemplo do que está ocorrendo no mercado de energia elétrica, no âmbito do Projeto de Lei do Senado 232, de 2016.

A criação e a expansão do mercado livre de gás favorecem a concorrência, pois os consumidores terão mais alternativas, ou seja, poderão escolher entre diferentes fornecedores de gás, o que contribui para o desenvolvimento do mercado em âmbito nacional.

A liberdade de escolha conferida às empresas consumidoras de gás natural que acompanhará a expansão do mercado livre de gás permitirá que elas façam uma gestão eficiente do gás natural, contribuindo para a redução de seus custos e para o aumento da competitividade. O resultado será mais emprego e mais renda para a população local, pois haveria um “choque de oferta positivo”.

Vale lembrar que a queda do preço do gás nos Estados Unidos foi um fator importante para a recuperação da competitividade industrial daquele país e, em consequência, para seu desempenho econômico.

A mera previsão legal de um mercado livre não é, todavia, condição suficiente para que os seus benefícios sejam alcançados, já que a configuração de mercado resultante da privatização pode criar um ambiente desfavorável à concorrência. Basta pensar em uma situação em que a empresa distribuidora privatizada tenha incentivos para fechar mercado ou impedir o crescimento dos consumidores livres.

Isso é perfeitamente factível, pois as empresas privatizadas operarão ativos essenciais, as redes de distribuição, e poderão lucrar com eventual fechamento de mercado para as comercializadoras independentes de gás natural. Pelas regras atuais, nos Estados onde não há mercado livre, as distribuidoras estatais são remuneradas pelo uso da rede de distribuição e pela venda de gás aos consumidores finais. Assim, sem um arranjo regulatório adequado, há risco de as empresas de distribuição adotarem estratégias que impeçam a transferência de suas vendas para rivais, fazendo com que o mercado livre continue limitado.

Ou seja, mantidas as regras atuais, o controle das redes estaduais de distribuição e a verticalização podem proporcionar às empresas privatizadas os meios e os incentivos para a adoção de condutas prejudiciais à concorrência e, assim, diminuir os incentivos para a entrada de novos ofertantes de gás natural no mercado.

Para potencializar os benefícios do aperfeiçoamento regulatório, é vital que ele ocorra antes das privatizações, ou seja, que os novos controladores das distribuidoras assumam tais empresas já diante de uma nova realidade regulatória a fim de fazerem “valuation” correto dos ativos que adquirirão. A alteração do marco regulatório após as privatizações pode enfrentar dificuldades ou obstáculos jurídicos e contratuais e criar um clima de instabilidade regulatória.

Não temos tempo para, após as privatizações, descobrir que perdemos uma oportunidade de fomentar a concorrência, com benefícios para o conjunto da economia. O momento das mudanças que fomentem a concorrência e privilegiem os consumidores de gás natural é agora. Não devemos perder essa oportunidade.

Rutelly Marques da Silva foi secretário-adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e Diretor de Programas da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia. É Mestre em Economia e sócio da Pakt Consultoria e Assessoria.

Marcio de Oliveira Junior foi Conselheiro e Presidente Interino do Cade. É Doutor em Economia e Consultor Sênior da Charles River Associates.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/07/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério mantém altas

Os preços do minério de ferro iniciaram a semana em alta no mercado transoceânico, apesar da volatilidade vista nos contratos futuros na sessão de ontem. De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com pureza de 62% de ferro avançou 0,6%, para US\$ 101,24 por tonelada no porto de Qingdao. Com o desempenho, no mês, a commodity exibe alta de 1,8%. Em 2020, o ganho acumulado chega a quase 10%. Na bolsa de mercadorias e futuros de Dalian, os contratos mais negociados com vencimento em setembro ganharam 6,50 yuans, para 750,50 yuans por tonelada. Segundo a Fastmarkets, houve aumento da atividade comercial nos portos chineses. Além disso, o fortalecimento dos preços do vergalhão de aço deu suporte à cotação da matéria-prima.

Térmicas da Petrobras

A Petrobras iniciou a fase não vinculante do processo de venda das participações em cinco termelétricas: Brasympe Energia, Energética Suape II, Termoelétrica Potiguar, Companhia Energética Manauara (CEM) e Brentech Energia. A estatal detém 20% da Brasympe, 20% da Suape II, 20% da Termoelétrica Potiguar, 40% da CEM e 30% da Brentech. Os ativos envolvem geração a óleo combustível, biocombustível e diesel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: 50 distribuidoras vão pegar R\$ 14,8 bi da Conta Covid

Superada a primeira etapa do programa de apoio às elétricas, com a adesão de quase a totalidade das distribuidoras de energia à “Conta Covid”, o próximo capítulo das discussões no mercado de energia deverá ser concentrado no equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias e para quais caberá, ou não, uma revisão tarifária extraordinária.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 50 distribuidoras, de um total de 53 empresas, formalizaram o pedido de empréstimo da Conta Covid. O valor solicitado por essas companhias alcançou R\$ 14,8 bilhões, de um total de R\$ 16,1 bilhões estipulados como o máximo disponível pela autarquia.

Apenas três concessionárias - Cooperaliança, João Cesa, ambas Estado de Santa Catarina, e Forcel, do Paraná - não enviaram o termo de adesão ao empréstimo. A operação será estruturada por um sindicato de bancos coordenado pelo BNDES.

De acordo com a agência, após o envio dos termos de adesão, os próximos marcos da Conta Covid são o despacho da Aneel aprovando o valor global do empréstimo e a minuta dos contratos a serem celebrados; a realização das assinaturas dos contratos; publicação de despacho com as condições prévias de desembolso para as distribuidoras e, por fim, o desembolso dos valores acordados no empréstimo, previsto para ocorrer até o fim deste mês.

O órgão regulador acrescenta que a iniciativa foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia. O aumento da conta seria elevado por efeitos como, principalmente, o reajuste do preço da energia gerada em Itaipu, que acompanha a variação do dólar, a alta na remuneração das políticas

públicas do setor; e o repasse dos custos de novas instalações de sistema de transmissão.

Segundo a Aneel, se não houvesse a proposta da Conta Covid, essas despesas seriam incluídas integralmente na conta de luz nos próximos reajustes, para serem pagas em 12 meses. Com a Conta Covid, o impacto será diluído em prazo total de 65 meses.

O presidente da Rege Consultoria e ex-diretor da Aneel, Tiago Correia, considerou o desfecho da discussão positivo. Com relação à segunda etapa, relativa à abertura de consulta pública para tratar da questão do equilíbrio econômico, ele disse não haver dúvidas de que as empresas sofrerão impactos econômicos. Porém, o tamanho do impacto, o nível de endividamento e o prazo da nova revisão tarifária serão determinantes para decidir se a distribuidora precisará de uma revisão extraordinária. Isso será analisado para cada caso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Daniel Dombey — Financial Times, de Madri

Título: Grupo Iberdrola pretende investir € 10 bi em energia “limpa” por ano

A Iberdrola planeja investimento recorde nos próximos anos, na aposta de que a recuperação da crise é uma oportunidade única para o setor de energia se transformar. A empresa, especializada em energia “limpa” e segunda maior de capital aberto na Espanha, investirá €10 bilhões em 2020, uma quantia que o presidente do conselho de administração e executivo-chefe, Ignacio Galán, planeja manter nos próximos anos.

“Nos últimos anos, investimos em média cerca de €5 bilhões ou €6 bilhões; neste ano, investiremos € 10 bilhões [...] em mais [fontes de energia] renováveis e na aceleração da construção de redes”, disse Galán, que comanda a empresa há 19 anos. “Não será muito diferente nos próximos anos [...] estaremos nesses patamares”, disse ao “Financial Times”. “Estamos num bom setor, num bom momento.”

O chefe da Iberdrola argumenta que o setor de energia “limpa” está entre os que se beneficiarão do fundo de € 750 bilhões de recuperação da crise do coronavírus proposto pela Comissão Europeia, que os líderes do bloco econômico discutirão em encontro na próxima semana.

“Todos querem sair da crise econômica o mais rápido possível e voltar-se a setores que possam rapidamente gerar empregos e tornar a economia mais competitiva e sustentável”, disse. “E há dois setores que oferecem isso e já são prioridade: o ‘Green Deal’ [da União Europeia] e a digitalização; e nosso segmento está envolvido em ambos.”

O executivo acrescentou que as redes de eletricidade precisam ser mais eficientes e ter maior digitalização, argumentando que a crise é mais um motivo para que se acelere a meta da UE, de chegar a 2030 com cerca de 60% das emissões de carbono observadas em 1990. “Se pudermos acelerar os planos de energia nacional e de clima na Europa, poderíamos criar cerca de 2 milhões de empregos em todo o continente até 2025”, afirmou.

O “Green Deal” europeu estima a necessidade de investimentos públicos e privados de pelo menos € 1 trilhão, mas o executivo acha que o setor não terá problemas para levantar as grandes quantias necessárias.

“No nosso setor, no presente, se houver estabilidade legal, estabilidade reguladora e retornos razoáveis, podemos levantar o dinheiro necessário”, disse, acrescentando que a Iberdrola levantou € 11 bilhões em bônus “verdes”, incluindo mais de € 1 bilhão durante a crise deste ano, a “taxas muito, muito baratas”.

A aposta da Iberdrola na energia renovável a ajudou a tornar-se a segunda maior empresa de capital aberto da Espanha, como valor de mercado em torno a 66 bilhões de euros. É a segunda maior empresa de energia da Europa, atrás da italiana Enel.

O grupo incrementou os investimentos anuais em mais de 50% nos últimos dois anos em comparação aos € 6,2 bilhões investidos em 2018, contrastando, por exemplo, com as empresas do setor de petróleo e gás, que, pressionadas pelas baixas cotações de ambas as commodities, têm cortado investimentos em bens de capital.

A Iberdrola tem presença no Reino Unido, onde é dona da Scottish Power, atualmente uma empresa 100% de energia eólica, nos Estados Unidos, onde sua unidade Avangrid é a terceira maior operadora de energia eólica, no Brasil e no México.

Entre os grandes investimentos previstos para 2020 e o próximo estão um empreendimento conjunto de US\$ 2,8 bilhões em uma fazenda de energia eólica marítima nos EUA, um projeto de armazenamento de energia hidrelétrica em Portugal de €1,5 bilhão e um projeto de energia solar de €300 milhões na Espanha, que deverá ser o maior da Europa.

Galán disse que a empresa pratica o que ele chama de “fusões e aquisições de operações por desenvolver” que consiste em comprar grupos menores para expandir a infraestrutura em torno a eles, como tem feito nos EUA nos últimos anos. O empresa avalia ser capaz de repetir esse processo com a Infigen, um grupo australiano de fontes de energia renováveis que tenta adquirir.

Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petrobras espera concluir em breve revisão de ativos

A Petrobras espera ter uma nova estimativa de investimentos para os próximos anos quando terminar a revisão do portfólio em andamento. Segundo o presidente da companhia, Roberto Castello Branco, a expectativa é que esse trabalho seja concluído em breve.

O atual plano de negócios da empresa, para o período 2020-2024, prevê investimentos de US\$ 75,7 bilhões. O documento, no entanto, foi elaborado antes da pandemia do novo coronavírus, em um cenário completamente diferente do que é visto hoje.

Para este ano, a empresa reduziu a previsão de investimentos, de US\$ 12 milhões para US\$ 8,5 bilhões, justamente devido aos efeitos da pandemia para a economia.

O executivo, que participou de evento online do Citi, reforçou que o principal objetivo da companhia é reduzir seu endividamento. Para o fim deste ano, a meta é que esse indicador fique em, no máximo, US\$ 87 bilhões.

Sobre a produção, o presidente da estatal contou que a empresa pretende realizar no fim do terceiro trimestre e no início do quarto a maior parte das paradas para manutenção de plataformas que estavam inicialmente previstas para a primeira metade do ano e que foram adiadas devido ao risco de contágio do novo coronavírus.

Castello Branco disse ainda que, em relação ao ciclone observado na semana passada no país, apesar do mau tempo, não houve necessidade de interromper a produção de nenhuma plataforma em alto-mar. Ele acrescentou que isso foi resultado da estratégia da empresa de ter baixo volume de armazenamento de óleo nas plataformas.

Questionado sobre os planos do governo de privatizar a Pré-sal Petróleo (PPSA), estatal que representa os interesses da União nos contratos de partilha de produção, Castello Branco voltou a defender o fim do modelo de partilha. Segundo ele, esse regime regulatório não adiciona valor para o país, nem para as companhias. “Precisamos de um marco regulatório mais amigável ao investidor estrangeiro”, afirmou.

O executivo também disse que espera revisar o acordo de acionistas da Braskem com a Odebrecht em seis meses. Na “Live do Valor” - espaço para discussão de temas relevantes para o Brasil e o mundo no cenário do coronavírus - na semana passada, ele já havia comentado que a petroleira mantém conversas com Odebrecht sobre o assunto. A meta da estatal é vender sua fatia na petroquímica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Cosan e Shell já debatem possível IPO da Raízen

A Cosan e a Shell, sócias na Raízen, já discutem uma potencial oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da joint venture que atua na distribuição de combustíveis e em açúcar e álcool, na esteira da reorganização societária que deve ser levada a cabo pelo conglomerado brasileiro. “Já fizemos progressos, mas ainda não há um acordo final”, afirmou o diretor financeiro da Cosan, Marcelo Martins, em teleconferência com analistas e investidores. O grupo iniciou estudos para simplificar sua estrutura societária, com a manutenção de apenas uma holding e futura abertura de capital de empresas controladas.

Conforme Martins, a discussão mais complexa entre as controladas do grupo é justamente a da Raízen, uma vez que as decisões não dependem exclusivamente da companhia. “Nosso foco é chegar a um acordo e ir a mercado quando as condições estiverem favoráveis”, afirmou, acrescentando que as sócias ainda não chegaram a discutir se, em caso de seguir adiante com o IPO, haverá duas operações, uma para Raízen Combustíveis e outra para Raízen Energia.

A incorporação da Cosan Limited pela S.A. deve gerar sinergias, particularmente na linha de despesas gerais e administrativas, mas ainda não há estimativa. Em linhas gerais, a Limited e a Cosan Logística serão incorporadas pela Cosan S.A.,

que emitirá recibos de ações (ADRs) para possibilitar a troca de papéis da Cosan Limited, listada na bolsa americana.

Na avaliação dos analistas Bruno Amorim, Osmar Camilo e João Frizo, do Goldman Sachs, esse movimento tende a ser neutro para a holding listada na B3 e positivo para a Cosan Limited, que é negociada com um desconto de 17% frente à soma das participações na Cosan S.A. e na Rumo.

A reorganização societária também ampliará a liquidez da companhia, segundo a chefe de relações com investidores da Cosan Limited, Paula Kovarsky. “Nossa governança tem melhorado nos últimos anos, mas sempre havia algum questionamento sobre a complexa estrutura societária. Chegou o momento de resolver isso”, disse. A estimativa atual é de concluir a operação em 250 dias. Os comitês independentes que serão constituídos para definir os termos de troca devem estar formados em 45 dias, com divulgação das recomendações em 180 dias contados a partir de sexta-feira. Condições de mercado também serão levadas em consideração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/07/2020

Seção: Finanças

Autor: Sérgio Tauhata e Francisco Góes — De São Paulo e Rio

Título: Vale aproveita janela favorável e capta US\$ 1,5 bilhão no exterior

A emissão de US\$ 1,5 bilhão em bônus de 10 anos pela Vale mostra que existe uma janela favorável para captações no mercado internacional por empresas da América Latina com perfil de crédito de maior qualidade, afirma o diretor gerente e chefe da área de renda fixa para América Latina do MUFG, Robert Carlson.

“As empresas que conseguirem aproveitar [para emissões internacionais] antes do início do verão americano, em agosto, vão ter uma janela bastante interessante”, afirma. O período é observado pelos investidores porque coincide com as férias nos Estados Unidos, o que costuma reduzir os volumes negociados no mercado americano.

“É difícil dizer se depois de setembro será melhor ou pior, mas temos recomendado que os emissores estejam preparados para ir a mercado porque as oportunidades tendem a surgir no curto prazo”, acrescenta. O MUFG foi um dos coordenadores da emissão em dólares com vencimento em 2030, colocados pela mineradora brasileira nesta segunda-feira.

O bônus foi precificado a uma taxa de 3,85%, significativamente abaixo da faixa inicial de preço de 4,375%. A Vale captou US\$ 1,5 bilhão na operação, mas a demanda atingiu seis vezes o valor, ou seja, cerca de US\$ 9 bilhões.

A taxa de captação da operação “foi melhor do que o nível de negociação no mercado secundário [do Global 2030] do Tesouro brasileiro, que estava em 4,15% no início do dia”, segundo o diretor do MUFG.

Conforme Carlson, “a operação atraiu investidores da Ásia, Europa e EUA, em um livro bem global”. O executivo explica que a emissão contou ainda com “participação de investidores de fora de fundos de mercados emergentes, de portfólios globais de dívida ‘investment grade’”.

De acordo com uma fonte do mercado de capitais que pediu para não ser identificado, a Vale considerou o resultado muito positivo, acima do cenário base traçado pela companhia para a operação. Segundo a fonte, a empresa ainda não definiu um uso específico dos recursos.

Questionada pelo **Valor**, a Vale informou que “avalia constantemente recompras e novas emissões de dívida”. Segundo o posicionamento da companhia, “no momento o mercado tem se apresentado bastante ativo e favorável para novas emissões. A Vale percebeu uma boa oportunidade, com custo atrativo”.

Uma das possibilidades para o uso de parte do dinheiro está relacionada à amortização de linhas de crédito rotativo em dólar utilizadas pela companhia para obter liquidez diante das incertezas causadas pela crise do coronavírus. No início da pandemia, no fim de março, a mineradora brasileira sacou duas linhas de “credit revolving”, no total de US\$ 5 bilhões. Uma com maturidade em junho de 2022, de US\$ 2 bilhões, e outra com vencimento em dezembro de 2024, no total de US\$ 3 bilhões.

Na visão do diretor do MUFG, “a transação é importante porque mostra que o mercado está se recuperando da volatilidade vivida em março por causa da covid-19”. De acordo com Carlson, “o mercado internacional de dívida ficou fechado para emissores da América Latina e recentemente começou a reabrir”. Para o executivo, “a reabertura da economia global, com cada vez mais países e empresas voltando a fazer negócios, tem deixado o mercado mais favorável a tomar risco”.

A operação da Vale consolida um movimento iniciado com a emissão de US\$ 3,25 bilhões pela Petrobras no fim de maio e, posteriormente, pela captação de US\$ 3,5 bilhões pelo Tesouro brasileiro no início de junho. A oferta da Vale teve

a coordenação de BB Securities, Citigroup, Crédit Agricole, Mizuho, MUFG e SMBC Nikko.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/07/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Congresso pode ser obstáculo às vendas

Com ajuda do Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional pode se tornar um obstáculo aos planos do governo para vender estatais. Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pediram ao STF a concessão de uma cautelar para impedir a venda das refinarias da Petrobrás na Bahia e no Paraná. Eles consideram que a companhia burlou a legislação para repassar esses ativos à iniciativa privada sem aval do Legislativo.

A venda de refinarias é parte do plano de desinvestimentos da Petrobrás, anunciado em 2016, por meio do qual a companhia informou que iria focar sua atuação nas atividades de exploração de petróleo e gás em águas profundas. Utilizando-se da Lei das Estatais (13.303/2016) e de um entendimento do STF, que deu aval prévio à venda de subsidiárias pela empresa-mãe sem que seja necessária autorização do Congresso, a companhia deu início às tratativas para a venda dessas duas refinarias. O problema é que, tecnicamente, elas não seriam subsidiárias separadas – como a transportadora TAG e a BR Distribuidora, já privatizadas – e sim ativos da holding Petrobrás.

Para o Congresso, a companhia não poderia ter transferido as refinarias para novas empresas criadas apenas para serem vendidas ao setor privado. Isso seria uma infração à Lei do Petróleo para driblar outra lei, a que criou o Plano Nacional de Desestatização, que veda a privatização de estatais que exploram e refinam petróleo.

A interpretação que a Petrobrás deu à legislação é um desvio de finalidade para driblar o Congresso, afirma o senador Jean-Paul Prates (PT-RN). “Em algum momento do passado, o Estado, com aval do Congresso, decidiu, por lei, que haveria presença estatal nesse segmento. Para desfazer isso, terá de haver lei também.”

O senador diz que a empresa pode até convencer o Congresso de que precisa criar uma subsidiária para sair do refino, mas o Legislativo precisa saber o motivo dessa decisão. “Não importa o tempo que leve. Se levou 20 anos para dizer que precisava de estatal, pode levar outros 20 para dizer que não precisa

mais. É a lei”, disse. “Essa não é uma decisão de diretoria ou conselho de empresa. É uma decisão de Estado, e o Legislativo faz parte e deve fazer parte disso.”

Em nota conjunta, os Ministérios da Economia e de **Minas e Energia** informaram que a venda de refinarias está alinhada às diretrizes e objetivos estratégicos da Petrobrás. As pastas avaliam também que essa medida promove a livre concorrência no setor e preserva os interesses do consumidor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/07/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Sem privatizar estatais, governo quer liquidar Ceitec

Em um ano e meio, gestão não concluiu nenhuma privatização ou liquidação de empresas públicas de controle direto da União

Para quem começou o mandato prometendo vender e acabar com várias estatais, o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe terão de correr contra o tempo para cumprir a meta de arrecadar um R\$ 1 trilhão em ativos, conforme a promessa feita ainda durante a campanha. Em um ano e meio de governo, a gestão não concluiu nenhuma privatização ou liquidação de empresas públicas de controle direto da União.

O maior desejo do governo ainda é privatizar a Eletrobrás, mas, para isso, será preciso convencer o Congresso a aprovar um projeto de lei que autorize capitalizar a companhia e reduzir a participação da União, hoje em 60%, para algo próximo de 40%. Com a ambição de vender uma das maiores empresas de energia do País, o governo pode ter de se contentar, neste ano, em liquidar a Ceitec, conhecida pelo apelido pejorativo de “chip do boi”.

O Ministério da Economia contabiliza seus feitos nessa área de forma diferente. Segundo a pasta, no início de 2019, a União detinha 698 ativos entre estatais de controle direto, subsidiárias, coligadas e simples participações em empresas. Desde então, 84 ativos deixaram essa lista – entre subsidiárias, coligadas e participações. Com isso, o rol de ativos caiu para 614.

O balanço da pasta não inclui nenhuma estatal federal de controle direto que foi privatizada ou liquidada. Pelo contrário: o governo ainda criou a NAV, a ser responsável pela navegação aérea, que antes cabia à Infraero.

Entre as realizações que o governo menciona está a venda da TAG e da BR Distribuidora, subsidiárias da Petrobrás. Esse tipo de processo, no entanto, não

é considerado uma privatização, mas um desinvestimento – venda de subsidiária pela matriz, que coordena todo o processo. As leis que regem o processo também são diferentes.

O início do processo da venda da TAG se deu em 2017, ainda no governo anterior, quando a companhia anunciou seu plano de desinvestimentos. A conclusão da venda, no entanto, só se deu em 2019, por causa de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) dada em 2018 e derrubada no ano passado. No caso da BR Distribuidora, a abertura de capital ocorreu em 2017, mas a transformação da empresa numa corporation – sem controle definido – ocorreu, de fato em 2019.

Economista e diretora da área de privatizações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante o governo Fernando Henrique Cardoso, Elena Landau avalia que o programa de desestatização do governo não anda porque, na verdade, o presidente e a maioria de seus ministros são contra a venda e liquidação de estatais.

“Todos sabiam que não existia tanta empresa para vender e que havia um enorme desconhecimento sobre esse valor de R\$ 1 trilhão das empresas”, afirmou Elena. “Não estou preocupada com a pressa, porque o processo é lento mesmo. A questão é a falta de decisão.”

A economista diz ainda que usar o aumento de gastos públicos em saúde e programas de apoio à população com a pandemia como motivo para privatizar empresas é um erro. “A pior justificativa política para privatização é usar a questão fiscal. Primeiro, porque esse dinheiro não vai para o Tesouro. Segundo, porque quem é contra vai dizer que estão vendendo a prata da casa a preço de banana no meio da crise”, disse.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/07/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E MARCELLO CORREA

Título: Venda da Braskem deve ocorrer em 6 meses, diz Castello Branco

Presidente da Petrobras negocia um acordo de acionistas com a Odebrecht

RIO E BRASÍLIA- O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que espera chegar a uma solução com a Odebrecht para iniciar o processo de venda das ações da empresa na Braskem em seis meses. A estatal tem 47% do capital votante da gigante petroquímica. A venda de ativos foi o principal tema tratado pelo executivo, ontem, durante sua participação na live promovida pelo Banco Citi.

— Estamos discutindo com o nosso sócio Odebrecht um novo acordo de acionistas para permitir que a companhia converta ações preferenciais em ações ordinárias para depois sermos capazes de vender as ações no mercado de capitais. Ainda temos um longo caminho. Espero que estejamos prontos em seis meses — afirmou Castello Branco.

Ele não entrou em detalhes sobre a decisão do Congresso que, na última quinta-feira, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar impedir a venda de refinarias da Petrobras. Técnicos do Legislativo apresentaram um pedido de liminar que, se aceito, pode bloquear as privatizações da Refinaria Landulpho Alves (Rlam) e da Refinaria do Paraná (Repar), previstas para este ano. No documento, acusam o governo de usar as subsidiárias para privatizar as empresas-mãe, burlando a exigência de aprovação do Congresso.

DEFESA DA VENDA

O pedido será analisado pelo ministro Ricardo Lewandowski, que foi relator da ação no qual o STF permitiu a venda de subsidiárias de estatais sem aval do Parlamento.

Ontem, os ministérios da Economia e de **Minas e Energia** saíram em defesa das operações. Em nota conjunta, as duas pastas afirmam que o processo de venda de refinarias está de acordo com o posicionamento estratégico da Petrobras, que no plano de negócios para o período entre 2017 e 2021 definiu que a empresa iria focar nas áreas de exploração e produção de petróleo. Na avaliação dos dois ministérios, a decisão do STF do ano passado dá aval às operações.

"Dessa forma, os ministérios da Economia (ME) e de Minas e Energia (MME) reforçam a necessidade de se fazer cumprir a decisão prévia do STF e apoiam o processo de transição do segmento de refino para um quadro de maior pluralidade de agentes, mais aberto e dinâmico", diz trecho do comunicado, que não cita a manifestação do Congresso.

Durante a live, o presidente da Petrobras também voltou a falar sobre a venda das ações da empresa na BR, mas disse que ainda não há uma data. A estatal tem 37,5% das ações da BR Distribuidora: — Estamos prontos para a BR, assim que as condições de mercado permitirem. Hoje, as condições não estão boas para o follow on (venda de ações) da BR.

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/07/2020****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ****Título: Oil Group quer construir seis refinarias no país**

Há décadas país não conta com novas unidades do setor privado. São estruturas de pequeno porte voltadas a demandas locais. A primeira deve ficar no Porto do Açu e ter obras iniciadas ano que vem. Grupo americano pretende investir US\$ 2 bi

Em meio à pandemia de coronavírus e à forte retração econômica mundial que derrubou os preços do petróleo e o consumo de combustíveis, a americana Oil Group planeja construir seis refinarias de pequeno porte no Brasil, com investimentos total de US\$ 2 bilhões, nos próximos sete anos. Desde que o monopólio do petróleo foi instituído, em 1953, não se construíram mais refinarias privadas. Mesmo após a abertura do mercado de petróleo, em 1997, não houve nenhuma nova refinaria privada.

O diretor da Oil Group, Fabiano Diaagoné, disse ao GLOBO que a primeira unidade ficará no Porto do Açu, no Norte Fluminense, e será construída a partir do segundo semestre de 2021. Receberá US\$ 300 milhões de investimentos e, no pico das obras, deve gerar 2 mil empregos. A refinaria terá capacidade de processar 20 mil barris diários de petróleo, com possibilidade de ampliação no futuro.

— Hoje o Brasil consome diesel em alta escala, e a Petrobras não consegue suprir o país só com sua produção. Para a empresa abastecer 100% do mercado nacional sem importações seria necessário uma retração de 40% na demanda — afirmou o executivo.

SEM RECURSOS DO BNDES

A empresa americana pretende construir quatro unidades de pequeno porte, com capacidade para 20 mil barris a 30 mil barris diários, próximas a portos, e duas menores, de 3 mil a 5 mil barris diários, vizinhas à produção terrestre de petróleo.

De acordo com especialistas, as pequenas refinarias vão atender ao mercado local e terão um custo logístico menor, o que pode beneficiar os consumidores.

— Nosso grupo já investe no Brasil em exploração e produção de petróleo. Vemos este momento de baixa preço petróleo e crise como oportunidade de

estruturar o refino. É um nicho de mercado bem interessante para nossos projetos — explicou Diaagoné.

Das quatro unidades maiores, além da do Rio, estão em fase de estudo de viabilidade econômica a instalação de uma no Espírito Santo e outra no Maranhão. A quarta unidade e as duas menores ainda não têm localização, mas os estudos estão entre Bahia e Sergipe.

Segundo Diaagoné, a Oil Group não pretende buscar recursos no BNDES para financiar seus projetos, e sim com bancos de desenvolvimento do exterior e fundos de investimentos.

A Petrobras pretende vender oito de suas principais refinarias, com uma capacidade total de processar 1,1 milhão de barris por dia. Com isso, a participação da estatal no mercado de refino no país que hoje é de 99%, cairia à metade.

IMPACTO NOS PREÇOS

O ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) Décio Oddone considera importante a chegada de agentes privados ao setor de refino.

— A abertura de refinarias de pequeno porte traria nova dinâmica a esse mercado, que não vê investimentos privados há muito tempo. A maior dificuldade deve ser o financiamento para projetos de empresas de médio porte.

Para Marcus D’Elia, sócio da Leggio Consultoria, refinarias menores são positivas para atender demandas locais com preços mais competitivos, pois pelo menos o custo de frete será menor. A refinaria prevista para o Porto do Açu, por exemplo, diz ele, poderá suprir o mercado de Campos, hoje atendido pela Reduc, que leva o combustível por rodovia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/07/2020

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORRÊA

Título: Light, Enel e mais 48 distribuidoras aderem a socorro e pedem R\$ 14,8 bi

BRASÍLIA- A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que 50 das 53 distribuidoras do país aderiram ao socorro ao setor elétrico aprovado pelo governo e pediram R\$ 14,8 bilhões em empréstimos. Light e Enel, que atendem o Estado do Rio, estão na lista.

O pacote de ajuda foi anunciado pelo governo para conter os efeitos da crise do coronavírus sobre o setor e evitar uma alta generalizada nas contas de luz neste ano.

O empréstimo, no entanto, terá impacto nas contas de luz a partir de 2021, ao longo de mais de cinco anos.

O valor aprovado em operações é menor do que o que havia sido previsto pela Aneel, de R\$ 16,1 bilhões. A agência não informou quanto será emprestado a cada empresa nem o impacto da medida sobre as tarifas dos consumidores.

De todas as distribuidoras do país, só Cooperalliança e João Cesa, de Santa Catarina, e Forcel, do Paraná, não aderiram ao pacote de ajuda.

O socorro às distribuidoras é, na prática, uma ajuda a todo o setor elétrico. As distribuidoras funcionam como arrecadadoras do segmento, repassando os valores para transmissoras e geradoras de energia.

É a segunda vez que o governo recorre a um empréstimo para socorrer o setor elétrico. O primeiro caso foi em 2014, por conta da falta de chuvas. Naquela ocasião, tudo foi pago pelo consumidor, criando um tarifaço a partir de 2015.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/07/2020

Seção: Economia

Autor: CASSIA ALMEIDA, HENRIQUE GOMES BATISTA E MARCELLO CORRÊA

Título: Retomada ganha fôlego em junho

Vendas de carros e do varejo sobem. Auxílio emergencial ajuda reação

RIO, SÃO PAULO E BRASÍLIA- Indicadores divulgados ontem mostram uma reação da atividade econômica em junho. As montadoras, que voltaram a produzir em maio, depois da parada em abril, mais que dobraram a fabricação de veículos no mês passado — 98,7 mil unidades contra 43,1 mil em maio. Na ponta do consumo final, a Receita constatou que houve aumento de 10,3% nas vendas ao consumidor, na comparação com junho do ano passado, somando R\$ 23,9 bilhões por dia.

Os números sugerem que o pior da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus pode ter ficado para trás, mas uma recuperação sustentada, dizem os economistas, ainda depende de uma série de fatores, principalmente do controle da pandemia para evitar uma segunda onda de contágio e a adoção de novas medidas de isolamento.

Consultorias, contudo, já começam a rever o tombo esperado no segundo trimestre. Na média, o mercado esperava queda de 12%. As novas projeções estão ficando abaixo de 10%.

— O segundo trimestre está vindo um pouco melhor. O governo atuou de maneira sem precedente o que atenuou o choque — diz Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro da Fundação Getulio Vargas (FGV), que admite que pode revisar a retração de abril a junho, auge da quarentena, para queda de 9%.

Thiago Xavier, economista da Consultoria Tendências, afirma que o pior da crise da pandemia parece ter passado, porém isso não significa que haverá uma rápida recuperação, mesmo com os números de reaquecimento vistos em junho e previstos para julho: — Vemos esta retomada em dois momentos: o primeiro será mais forte, pelo retorno às atividades das pessoas que estavam em isolamento social; e segundo será mais lento, devido aos danos mais permanentes na economia.

Para o economista, esta trajetória tem ocorrido em todo o mundo. Mas ele acredita que isso tende a ser pior no Brasil, por causa de questões estruturais, como a alta informalidade no mercado de trabalho, e conjunturais, como a lenta recuperação da economia.

O fundo do poço parece ter passado quando se acompanha o índice diário do Itaú Unibanco. No pior momento, no dia 28 de março, a atividade caiu quase pela metade. Já o dado de junho mostra que a retomada foi suficiente para se aproximar do nível de antes da quarentena. Numa escala até cem, que seria o início de março, a economia já se recuperou e chegou a 82. Julia Gottlieb, economista do banco, também espera um tombo menor no segundo trimestre: — Não só olhando nosso indicador, mas a confiança do empresário, o fluxo de veículos nas estradas, começamos a ver que o pior momento deve ter ficado em abril. Não voltamos ao nível pré-crise, mas há uma recuperação.

COMPRAS ON-LINE

A melhora nos indicadores refletem, segundo ela, a reabertura gradual da economia nas cidades: — O indicador de isolamento social, medido pelo movimento dos celulares, mostra que o auge também foi em fim de março e início de abril, como a retração da atividade econômica. Conforme vai reabrindo, vai melhorando gradualmente, mesmo que de maneira heterogênea entre os setores.

A movimentação nos pedágios em estradas concedidas comprova melhora. De acordo com dados da CCR — a maior empresa do setor — entre 26 de junho e 2

de julho, a queda no movimento nas praças de pedágio foi de 16%. No auge da crise do setor, entre os dias 10 e 16 de abril, o recuo chegou a 37%.

Segundo José Ronaldo de Castro Júnior, diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea, vários indicadores, como consumo de energia industrial e varejo de eletrônicos e eletrodomésticos estão mostrando recuperação significativa. Para ele, a internet também explica o resultado melhor que o esperado:

— Os números de cartão de crédito mostram uma recuperação bastante significativa, com aquisição principalmente de produtos para casa. Houve mais consumo pela internet ou por telefone, como parte da adaptação à nova realidade.

Ele cita ainda o impacto do auxílio emergencial, que pode injetar mais de R\$ 250 bilhões na economia: — O impacto dessa ajuda está segurando o consumo.

Estudo do Ipea mostra que os recursos do auxílio emergencial foram suficientes para compensar 45% do total da renda do trabalho perdida com a pandemia, reduzindo a queda no consumo.

CONSUMO DE ENERGIA

Outro indicador importante de atividade é o consumo de energia industrial, como Castro Júnior chamou atenção. De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), os resultados preliminares de junho apontam para forte alta do consumo, em relação ao registrado em maio. Entre 1º e 26 de junho, o consumo nacional de energia foi 4,7% menor que em igual período de 2019, o melhor resultado desde o início da pandemia. Em maio, a retração foi de 10,9% e, em abril, de 12,1%.

Fernanda Vilhena, da Nielsen Brasil, afirma que, no varejo, os dados mostram normalização dos hábitos do consumo: — A maior alta das vendas do varejo ocorreu no início da pandemia, pelo isolamento e pela necessidade de estocar alimentos. Agora, com a retomada da atividade, vemos um crescimento menor na venda dos supermercados, em parte porque as pessoas começam a consumir alimentos na rua, por exemplo, mesmo que ainda longe do padrão de antes do novo coronavírus.

No setor automobilístico, a retomada recente vai ajudar a reduzir o tombo no ano, mas a recuperação ainda será lenta: — A recuperação está vindo, mas não deve ser em “V”, como os economistas chamam uma rápida recuperação — disse Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea, associação das montadoras.

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/07/2020****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA****Título: Gás natural pode atrair para o Rio R\$ 45 bi em investimentos**

O gás natural pode gerar investimentos de até R\$ 45 bilhões no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com estudo feito pela Firjan. O volume inclui todos os recursos que podem ser produzidos com a atração de indústrias de alimentos, vidros, fertilizantes e siderurgias, além da ampliação do uso do gás em veículos leves e pesados.

Para isso sair do papel, diz o presidente da Firjan Leste Fluminense, Luiz Cesio Caetano, é preciso que o marco regulatório do setor (a PL 6.407) seja aprovado pelo Congresso, a exemplo do que ocorreu com o saneamento. O novo marco vai trazer maior concorrência no setor, permitindo que as empresas privadas tenham acesso aos gasodutos e a outras infraestruturas, como terminais de processamento de gás.

— Hoje o gás está vinculado apenas à energia elétrica. A ideia do estudo é apontar as oportunidades para o uso do gás em outros setores de consumo, com a atração de indústrias de vidro, cerâmica e alimentos, além de ampliar o uso do GNV. Mas, para isso, é preciso aprovar o marco regulatório do setor que está dentro do programa Gás para Crescer do governo. Sem ele, não vamos conseguir destravar os investimentos — afirma Caetano.

REGULAÇÃO ESTADUAL

O documento “Rio a todo gás” mostra que o produto pode ter papel estratégico na retomada econômica do Rio no pós-pandemia. Entre os potenciais apontados, o ramo de fertilizantes pode atrair até R\$ 23 bilhões em investimentos ao estado. O setor de transporte também é citado pela Firjan, podendo receber R\$ 500 milhões.

Além das iniciativas em âmbito federal, são necessárias medidas na esfera estadual. Caetano lembra que o governo do estado precisa regulamentar o mercado livre, com a criação de regras para que indústrias possam escolher seu fornecedor de gás.

Caetano observou ainda que a Agenesra, agência responsável por implementar novas regulações para o mercado do gás natural no Rio, está com vagas em aberto em seu conselho: — Todas essas ações precisam ser trabalhadas de forma conjunta. Hoje, parte do gás está sendo reinjetada nos poços e poderia estar sendo consumida, gerando empregos e arrecadação.

Ainda segundo o estudo, a cada um milhão de metros cúbicos consumidos por dia pelas indústrias do Rio são gerados R\$ 60 milhões em ICMS e R\$ 20 milhões em royalties e participação especial para os cofres públicos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/07/2020

Seção: Economia

Autor: JOÃO SORIMA NETO E GABRIEL MARTINS /SÃO PAULO E RIO

Título: Bolsa sobe 2,24% após fala de Guedes sobre privatizações

Ministro da Economia disse que governo prepara venda de quatro estatais nos próximos 90 dias. Dólar subiu 0,62% a R\$ 5,351

As declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre os planos de privatização do governo para os próximos 90 dias garantiram um dia de ganhos para o mercado de ações ontem. O Ibovespa, principal indicador da Bolsa brasileira, subiu 2,24%, aos 98.937 pontos, o maior patamar desde 5 de março.

O indicador chegou a superar os 99 mil pontos, mas não sustentou o ganho. No câmbio, o dólar comercial fechou em alta de 0,62% cotado a R\$ 5,351. Na máxima, a moeda chegou a R\$ 5,356.

No domingo, em entrevista à CNN Brasil, Guedes declarou que o governo planeja a venda de quatro estatais nos próximos 90 dias, mas não citou quais empresas.

O ministro destacou que o governo vê nas subsidiárias uma fonte de recursos.

— Tem um arbusto que é uma empresa estatal, cheia de ativos valiosos. Subsidiárias da Caixa são um bom exemplo. Este é um excelente ano para fazer um IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) grande: R\$ 20, R\$ 30, R\$ 40, R\$ 50 bilhões. Bem maior até que uma Eletrobras, por exemplo — afirmou.

Para Raphael Guimarães, operador da RJ Investimentos, o fato de Guedes ter citado números animou os negócios.

— O mercado já ouviu sinalizações anteriores sobre reformas e privatizações. Ontem, com a entrevista do ministro, esses assuntos voltaram ao foco. O fato de o ministro ter dado prazo e quantidade de empresas a serem vendidas mostra objetivos mais claros.

As declarações do ministro puxaram a alta das ações das empresas públicas listadas na Bolsa . Os papéis da Eletrobras e do Banco do Brasil tiveram ganhos de, respectivamente, 0,68% e 3,49%.

A Petrobras também subiu, com suas ações ordinárias (ON, com direito a voto) e preferências (PN, sem direito a voto) tendo ganhos de 2,89% e 2,32%.A estatal ainda se beneficiou do cenário externo mais favorável.

Para Fernando Góes, analista da Clear Corretora, o Ibovespa caminha para superar os 100 mil pontos: —Começamos a olhar para os 105 mil a 107 mil pontos, novo alvo do Ibovespa.

A caderneta de poupança fechou o primeiro semestre com captação líquida de R\$ 84,4 bilhões, um recorde de acordo com o Banco Central. Só em junho, os depósitos superaram o saques em R\$ 20,5 bilhões.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/07/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Venda de partes da Petrobras vira briga judicial entre governo e Congresso

Ministérios de Minas e Energia e da Economia reagem a ação judicial, movida pelo Congresso, que pede a suspensão da venda de unidades da Petrobras. Governo argumenta que o STF decidiu favoravelmente pela operação

Depois que as Mesas Diretoras do Senado e da Câmara dos Deputados entraram com um pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir o bloqueio da venda de refinarias da Petrobras, na semana passada, os ministérios de Minas e Energia e da Economia divulgaram nota conjunta, ontem, para reforçar que a Suprema Corte decidiu favoravelmente pela alienação do controle acionário de empresas públicas e de economia mista.

No entanto, o STF estipulou que, para vender a holding, é preciso autorização legislativa, obrigação que não se aplica à alienação do controle de suas subsidiárias e controladas. No requerimento apresentado pelas duas Casas Legislativas, os técnicos criticam o que consideram “privatização branca”, que seria a criação artificial de subsidiárias para vender a empresa principal aos poucos.

A nota dos ministérios explica que a decisão da Petrobras de vender parte de seus ativos de refino de petróleo “está alinhada às suas diretrizes e objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, coaduna com o objetivo da Política Energética

Nacional de promover a livre concorrência no setor, bem como preservar os interesses do consumidor”.

Continua depois da publicidade

Em setembro de 2016, a Petrobras anunciou, no plano 2017-2021, que iria focar seus investimentos no setor de exploração e produção de petróleo. A empresa, então, passou a adotar estratégias para a promoção de política de preços de mercado e de maximização de margens da cadeia de valor, bem como reduzir o risco na atuação em exploração e produção, refino, transporte, logística, distribuição e comercialização, por meio de parcerias e desinvestimentos.

Em abril de 2019, a Petrobras incluiu em seus projetos de desinvestimentos oito refinarias, totalizando 1,1 milhão de capacidade diária de processamento de petróleo, o equivalente a cerca de 50% do parque de refino brasileiro. As refinarias Regap, Rlam, Rnest, Lubnor, Reman, Refap, Repar e SIX deverão ser alienadas até 2021, de acordo com o Termo de Compromisso de Cessação de Prática celebrado, em junho de 2019, entre a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O órgão de defesa da concorrência entendeu haver elevada concentração no segmento de refino, recomendando que a venda de ativos de refino ocorra por completo, sem participação ativa ou passiva da Petrobras no quadro societário do alienante; e, que se promova a concorrência regional.

“Dessa forma, os Ministérios de Minas e Energia (MME) e da Economia (ME) reforçam a necessidade de se fazer cumprir a decisão prévia do STF e apoiam o processo de transição do segmento de refino para um quadro de maior pluralidade de agentes, mais aberto e dinâmico. Os ministérios têm trabalhado para preparar o setor para essa transformação, em conjunto com outros órgãos e com ampla participação do setor, de entidades representativas e demais interessados, por meio da iniciativa Abastece Brasil, com base na governança, na estabilidade, com segurança jurídica e regulatória, e na previsibilidade, condições fundamentais para a realização de investimentos no setor”, concluiu.

MME / ASCOM .